

CONCURSO PÚBLICO  
22/10 TARDE SURUBIM: NÍVEL SUPERIOR



## ENGENHEIRO AMBIENTAL

# igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 70)

#### Julgue os itens a seguir.

01. O nível de pressão sonora (LPS) medido por um decibelímetro é uma medida absoluta da intensidade do som.
02. Os limites de ruído para atividades industriais em áreas urbanas são menos permissivos do que aqueles em áreas rurais, devido à maior tolerância das áreas urbanas ao ruído.
03. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, verdadeiramente permite a intervenção humana em áreas de preservação permanente, desde que seja estritamente necessário para empreendimentos de utilidade pública.
04. A degradação do solo é um fator que contribui para a migração forçada de populações em áreas afetadas pela escassez de recursos naturais.
05. O índice de avaliação do ruído L10 representa o nível de pressão sonora excedido durante 10% do tempo de medição, sendo um indicador importante na avaliação da exposição ao ruído em áreas residenciais.
06. A degradação do solo é sempre causada pela agricultura intensiva e pelo desmatamento, levando à perda irreversível da fertilidade do solo.
07. As restingas são ecossistemas costeiros únicos, com solos arenosos e vegetação adaptada à salinidade, desempenhando um papel fundamental na proteção da costa contra a erosão.
08. De acordo com a RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 8 de março de 1990, os padrões de emissão de ruídos para indústrias variam significativamente entre áreas urbanas e rurais, levando em consideração a densidade populacional.
09. Um nicho ecológico é uma descrição abrangente de todas as interações de uma espécie com seu ambiente.
10. Decibelímetros podem medir com precisão o nível de ruído em ambientes externos, independentemente das condições meteorológicas.
11. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) estabelece que os comitês de bacia hidrográfica têm poder de decisão sobre a concessão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos em suas respectivas jurisdições.
12. A biodiversidade em um nicho ecossistêmico tende a diminuir à medida que a competição entre espécies aumenta.
13. A Mata Atlântica é o bioma brasileiro com a maior diversidade de espécies vegetais e animais, tornando-se uma das regiões mais ricas em biodiversidade do mundo.
14. O SISNAMA inclui o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como um órgão consultivo e deliberativo que tem poderes para estabelecer normas e padrões ambientais em todo o território nacional.
15. A introdução de uma espécie exótica em um ecossistema pode aumentar a biodiversidade local e a predação de espécies nativas.
16. A Resolução CONAMA nº 237 de 1997 estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades em todo o território brasileiro, visando à proteção e conservação do meio ambiente.
17. A escala de decibéis é linear, o que significa que um aumento de 10 decibéis em uma medição de ruído corresponde a um aumento de 10 vezes na intensidade sonora.
18. A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica, estabelece penalidades para infrações ambientais, incluindo multas e medidas restritivas, que variam de acordo com a gravidade da infração.
19. A geração de energia solar fotovoltaica não gera emissões de gases de efeito estufa durante sua operação.
20. A acidez do solo não influencia significativamente a disponibilidade de nutrientes para as plantas.
21. A legislação de proteção do sossego público em muitos países não estabelece limites de ruído estritamente aplicados a todas as áreas urbanas, independentemente de sua densidade populacional.

22. O processo de licenciamento ambiental é uma competência exclusiva das autoridades federais, e os órgãos estaduais e municipais não têm nenhum papel na concessão das licenças.
23. O Licenciamento Prévio (LP) é o estágio do processo de licenciamento ambiental que requer a avaliação dos impactos ambientais e a elaboração de medidas mitigadoras antes da autorização para iniciar um empreendimento.
24. A supressão de vegetação nativa em Áreas de Proteção Permanente (APP) é permitida apenas em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental.
25. A Lei da Mata Atlântica, Lei nº 11.428/2006, permite que os infratores ambientais realizem a compensação de reserva legal em outras áreas, desde que sigam critérios rigorosos de recuperação ambiental.
26. Os padrões de qualidade ambiental para água potável são globalmente uniformes e não variam de país para país.
27. A degradação do habitat é geralmente causada principalmente por fatores naturais, como mudanças climáticas e eventos geológicos.
28. A biodiversidade de um ecossistema é sempre aumentada pela introdução de espécies exóticas, pois isso enriquece a variedade de seres vivos presentes.
29. A restauração ecológica de um nicho impactado por atividades humanas geralmente requer a reintrodução de todas as espécies nativas originalmente presentes.
30. A compostagem de resíduos orgânicos é uma solução eficaz para reduzir a emissão de gases de efeito estufa em aterros sanitários, pois acelera a decomposição dos materiais.
31. O ciclo do carbono é um ciclo biogeoquímico de curto prazo, e as mudanças nas concentrações de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera não têm impacto significativo nas mudanças climáticas globais.
32. A poluição sonora é um fenômeno exclusivamente urbano, sem impacto significativo em áreas rurais.
33. A Licença de Operação (LO) é concedida após a Licença de Instalação (LI) e permite que um empreendimento inicie suas operações de acordo com as condições estabelecidas no processo de licenciamento.
34. De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), a cobrança pelo uso de recursos hídricos deve ser baseada exclusivamente na quantidade de água utilizada por um usuário, sem considerar a qualidade dessa água.
35. Conforme a Lei nº 12.651/2012, a reserva legal em propriedades rurais no Brasil deve corresponder a 20% da área total no bioma Amazônia, 35% no Cerrado e 80% no bioma Mata Atlântica.
36. O ciclo do nitrogênio é um ciclo biogeoquímico que envolve exclusivamente processos abióticos e não é influenciado por atividades biológicas.
37. A emissão de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) na atmosfera pode contribuir para a formação de chuvas ácidas.
38. De acordo com a Lei nº 6.938/1981, verdadeiramente é permitido o licenciamento ambiental de empreendimentos que causem significativo impacto ambiental negativo, desde que sejam implementadas medidas compensatórias e mitigatórias adequadas.
39. De acordo com a Lei nº 12.651/2012, é permitido o desmatamento de áreas de preservação permanente (APPs) no Brasil para fins de expansão agrícola, desde que seja compensada por meio da restauração florestal em outras regiões.
40. A reciclagem de papel é sempre uma prática ecologicamente benéfica, pois economiza árvores e reduz o consumo de recursos naturais.
41. A Lei nº 9.605/1998 prevê que a supressão de vegetação em área de preservação permanente (APP) só é permitida em casos excepcionais, como para a construção de rodovias federais.
42. A Lei nº 9.985/2000 define critérios rigorosos para a criação de unidades de conservação, garantindo a consulta prévia às comunidades locais afetadas.
43. Mudanças climáticas globais, como o aumento das temperaturas médias, têm um impacto mínimo nos caracteres geomorfológicos de uma região.
44. A Lei de Malthus, que afirma que a população humana cresce exponencialmente enquanto os recursos disponíveis crescem linearmente, é um modelo preciso para descrever a dinâmica populacional atual.
45. Em uma sucessão ecológica primária, a colonização de organismos pioneiros dificulta uma maior disponibilidade de nutrientes no solo, em comparação com uma sucessão secundária.
46. A delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP) é uma prerrogativa exclusiva das autoridades municipais.
47. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) no Brasil é composto por três níveis de governo (federal, estadual e municipal) que atuam de forma independente na gestão ambiental, promovendo uma maior descentralização e autonomia na tomada de decisões em questões ambientais.
48. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237 de 1997, o licenciamento ambiental é um processo obrigatório apenas para empreendimentos de grande porte que possam causar impactos significativos no meio ambiente.
49. Os padrões de lançamento de poluentes nas águas superficiais são geralmente mais rigorosos do que os padrões de qualidade da água potável.
50. O ciclo do fósforo é altamente suscetível à contaminação por poluentes orgânicos, como detergentes e fertilizantes, devido à sua capacidade limitada de retenção no solo.
51. A reserva legal pode ser utilizada para atividades econômicas, desde que sejam sustentáveis e devidamente autorizadas.
52. A fragmentação do habitat é benéfica para a biodiversidade, pois cria múltiplas áreas menores para diferentes espécies habitarem.
53. O desmatamento em biomas tropicais, como a Floresta Amazônica, contribui para a diminuição das chuvas e para a formação de zonas de seca na região.

54. A desertificação é um processo que ocorre apenas em áreas com características edáficas pobres, onde o solo é naturalmente infértil.
55. A erosão do solo é exclusivamente influenciada por fatores climatológicos, como chuvas intensas, e não é afetada por características geomorfológicas.
56. A hipótese do "efeito cascata trófica" afirma que a remoção de um predador de topo em um ecossistema sempre resultará em um aumento na abundância das presas intermediárias.
57. Os biomas de tundra são caracterizados por invernos longos e rigorosos, com temperaturas médias acima de 10°C durante o verão.
58. A avaliação do ruído em áreas habitadas baseia-se exclusivamente nos níveis de pressão sonora, sem considerar a frequência das fontes sonoras.
59. A energia solar concentrada (CSP) é uma tecnologia de geração de energia que armazena calor para produzir eletricidade durante a noite e em dias nublados.
60. O fenômeno conhecido como "inversão térmica" é mais comum em áreas urbanas densamente povoadas do que em áreas rurais, e geralmente leva a níveis mais elevados de poluentes atmosféricos.
61. Ecossistemas aquáticos, como lagos e rios, não podem ser considerados ecossistemas terrestres, pois suas dinâmicas e processos são fundamentalmente diferentes.
62. Os manguezais são biomas costeiros que desempenham um papel vital na filtragem de poluentes da água e fornecem habitat essencial para muitas espécies marinhas.
63. A "biomagnificação" ocorre quando poluentes ambientais se tornam mais concentrados à medida que se movem através de uma cadeia alimentar, resultando em níveis mais altos nos predadores de topo.
64. A sucessão ecológica é um processo unidirecional e determinístico, no qual a comunidade final é sempre previsível e consistente em ambientes naturais.
65. A acústica urbana é uma disciplina da engenharia ambiental que se concentra principalmente na redução dos níveis de ruído nas áreas urbanas por meio da construção de barreiras acústicas.
66. A restauração de habitats degradados é uma estratégia eficaz para a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas.
67. A "sucessão ecológica" é um processo linear e previsível em que um ecossistema passa de um estágio inicial para um estágio final de forma constante e invariável.
68. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, permite a exploração econômica sustentável em todas as categorias de unidades de conservação.
69. De acordo com a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), a responsabilidade por danos ambientais é sempre individual, não sendo possível responsabilizar uma empresa ou instituição.

70. A técnica de biorremediação é eficaz na remoção de poluentes terrestres, como hidrocarbonetos de petróleo, mas não é adequada para tratar poluentes aquáticos, como metais pesados.

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

**Julgue os itens que se seguem.**

71. A Constituição de 1988 estabelece que os servidores públicos têm direito à estabilidade no cargo que ocupam. Tal atributo apenas pode ser conquistado se, ao longo de 3 anos de efetivo vínculo profissional, o servidor comprovar ter utilizado recorrentemente o cargo ou função para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.
72. Uma equação de primeiro grau possui sempre uma única solução.
73. A moda pode ser calculada para dados qualitativos nominais.
74. Levando em consideração a equação de segundo grau:  $x^2 + 3x + 2 = 0$  e utilizando o método de Bhaskara para calcular:  $\Delta = b^2 - 4ac = 3^2 - 4(1)(2) = 9 - 8 = 1$ , é correto afirmar que as raízes da equação são:  $x_1 = -1$  e  $x_2 = -3$ .
75. Uma camisa custa R\$ 80,00 e sofre um aumento de 20%. O novo valor da camisa após o aumento de 20% será R\$ 96,00.
76. Os juros compostos representam um regime de capitalização em que os juros são calculados apenas sobre o valor principal.
77. A moda é sempre igual à mediana.
78. Mário investiu R\$ 10.000,00 em uma aplicação que rende juros compostos de 5% ao mês. Assim, é correto afirmar que levará aproximadamente 14,21 meses para que o valor inicial do investimento seja dobrado, ou seja, seja igual ou superior a R\$ 20.000,00.
79. A área de um círculo de raio igual a 5 cm é de aproximadamente 68,54 cm<sup>2</sup>.
80. O volume de uma pirâmide é sempre maior do que o volume de um cubo com a mesma aresta.
81. Um objeto está à venda por R\$ 1.047,00. Seu preço é aumentado em 25%, mas, em seguida, é reduzido em 20%. Portanto, o preço final do objeto será de R\$ 1.047,00.
82. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que o salário dos servidores públicos deve ser fixado por lei municipal específica, respeitando os princípios de isonomia e da publicidade, sendo redutíveis apenas em função de alguma mudança nos planos de governo vigentes.
83. É vedado ao Poder Executivo do município de Surubim (PE) destinar mais de 25% do seu orçamento para o custeio de despesas com pessoal, tais como o pagamento de salários, encargos ou mesmo com despesas previdenciárias, conforme dispõe o Art. 28 da Lei Municipal nº 482/2023.

84. Organizar, operacionalizar e coordenar a oferta dos serviços para o pleno funcionamento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no âmbito do município de Surubim – PE é uma atribuição de competência da Diretoria do Cadastro Único, conforme dispõe o Art. 82 da Lei Municipal nº 482/2023.
85. Segundo o Código de Conduta Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o servidor público deve tratar com urbanidade e respeito os colegas de trabalho, superiores hierárquicos e subordinados.
86. O provimento de qualquer cargo de gestão no âmbito do município de Surubim (PE) deve ocorrer exclusivamente mediante a aprovação em concurso público específico para a função, e após o candidato empossado ter demonstrado conhecimentos técnicos compatíveis com as suas atribuições após os 12 (doze) meses de estágio probatório.
87. É permitido ao servidor público divulgar informações de caráter sigiloso, desde que isso não prejudique o interesse público.
88. O regime jurídico dos servidores públicos é único para todos os entes federativos no Brasil, sendo determinado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a isonomia entre todos os cidadãos (civis e militares) que possuem cargo efetivo há mais de 3 (três) anos.
89. Conforme o Decreto nº 1.171/1994, é dever do servidor público permitir que simpatias ou antipatias de ordem pessoal interfiram negativamente no trato com os usuários dos serviços públicos.
90. São prerrogativas dos servidores alocados na Secretaria de Defesa Social de Surubim (PE): dispor de veículo para realizar fiscalizações em feiras e no comércio local; poder desviar servidor público de outra secretaria para atendimento a interesse particular; e receber o benefício do adicional noturno como parte da sua remuneração.
91. O acento circunflexo em “pôs” (verbo pôr) indica a tonicidade da última sílaba.
92. Na frase “Os alunos estudaram muito para a prova,” “muito” é um adjunto adnominal.
93. Em “anexo”, o X é um dífono, pois representa, na fala, dois fonemas (ks).
94. Na sentença “Não nos referimos a essa situação”, o “A” deveria ter acento grave, para marcar a fusão entre a preposição A e o artigo A.
95. Com o novo acordo ortográfico, palavras iniciadas por MICRO devem ter hífen se o termo seguinte for iniciado por “O”.
96. O substantivo “chuva” é classificado como um substantivo concreto.
97. Nos vocábulos “ímpeto”, “água” e “biquíni”, os acentos gráficos se justificam por serem, respectivamente, proparoxítona, paroxítona terminada em ditongo crescente e paroxítona terminada em “i”.
98. O sufixo “-ção” é frequentemente adicionado a substantivos para formar substantivos nomeiam ação ou resultado, como “construção” e “invenção”.
99. O acento agudo em “índice” é uma consequência da regra de acentuação das proparoxítonas.
100. A ênclise é a colocação pronominal em que o pronome átono vem antes do verbo, como em “Me dê um tempo.”.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**